

Versão On-line

ISBN 978-85-8015-039-1

Cadernos PDE

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2008

VOLUME I

ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS À EFETIVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESCOLAR

Zilda de Fátima Muliki dos Santos¹
Sandra Guimarães Sagatio²

RESUMO

O presente artigo é resultado da aplicação do Projeto de Intervenção Pedagógica intitulado Planejamento: reflexões e práticas no cotidiano escolar, realizado em um Colégio Público da Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná. Tem por objetivo analisar os elementos que constituem o planejamento, procurando estabelecer as articulações necessárias para que o mesmo se efetive. Para isso, parte da análise do planejamento dentro das diferentes esferas, desde o nível macro, até a sala de aula. Considerando os aspectos históricos e legais do mesmo, ainda que não seja o objetivo deste trabalho aprofundar tais questões, cabe indicar alguns pontos que servem de suporte para as discussões. Em seguida, apresenta as reflexões feitas sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola, enquanto retrato da instituição, onde são colocados os objetivos, a visão de Homem, de conhecimento, dos processos de ensino e de aprendizagem, tendo o trabalho coletivo como princípio. Feita esta análise, a discussão se volta para a necessidade de se encaminhar um estudo sobre as Diretrizes Curriculares Estaduais e a estreita relação com as disciplinas escolares tomando o objeto de estudo de cada uma, como o foco da atenção do professor no momento do planejamento. Finalmente, apresenta o Plano de Trabalho Docente, como o responsável direto em criar as melhores condições de ensino e de aprendizagem no âmbito da sala de aula. Mais do que seu aspecto didático metodológico, o planejamento identifica a opção educacional do professor, e, por conseguinte da instituição na qual atua. Este trabalho não tem a pretensão de esgotar todas as discussões, ao contrário, procura suscitar novas e diferentes análises que certamente contribuirão para as discussões em torno da educação.

Palavras-chave: Planejamento. Diretrizes. Proposta Curricular. Plano de Trabalho Docente.

¹ Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná, com especialização em Magistério de 1º e 2º Graus. Atualmente pedagoga lotada na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, participante do Programa de Desenvolvimento Educacional-PDE 2008. E-mail: zilda@pow.com.br / zmuliki@gmail.com.

² Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná, com mestrado na área educacional. Atualmente é professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná e orientadora dos professores participantes do Programa de Desenvolvimento Educacional- PDE. E-mail: sagatio@ufpr.br

ABSTRACT

The present article is the result of the application of Pedagogical Intervention Project entitled Planning: reflection and practice in the daily school, accomplished at a Public School of State Net of Education in the State of Paraná, trying to set up the necessary articulation to make it effective. Therefore, it starts with the planning analysis in different areas, since macro level to the classroom. Considering the historical and legal aspects of it, yet this is not the objective of this work, to make a profound study of such matters, it is appropriated to indicate some questions which will be a support for the discussions. After that, it presents the reflections about Pedagogic Political Project of School, as an image of the institution, where the objectives are placed, the vision of the Man, of knowledge, of teaching and learning process, having the mutual work as a beginning. This analysis done, the discussion goes back to the necessity of guiding a study about State Curricular Guidelines and its relation with the school subjects, studying the objective of each one, as the carefulness of the teacher during the planning moment. Finally, it presents Teaching Working Plan, as the responsible to create better conditions of teaching and learning in the classroom. More than its methodological didactic, the planning identifies the teacher's educacional option and, consequently, of the institution in which he/she works for. This presentation does not have the pretension of finishing all the discussions; on the opposite, it tries to raise new and different analysis that will certainly contribute for the discussions about education.

Key-words: Planning. Guidelines. Syllabus Proposal. Teaching Working Plan.

1 INTRODUÇÃO

Gestores e pedagogos das escolas com freqüência queixam-se de que seus professores não atribuem a referida importância ao ato/momento do planejamento. Colocam que os mesmos não valorizam, e até mesmo planejam apenas para atender às solicitações da equipe pedagógica e/ou da mantenedora. Uma vez escritos os documentos prontos, são engavetados na sala de aula e o professor muitas vezes desenvolve suas aulas sem considerar questões de referencial teórico, assim como no que foi construído no coletivo da escola. Em contrapartida, os professores se colocam na defensiva alegando “que o tempo destinado ao planejamento é curto, não há momentos para troca de experiências, que afinal na

prática a história é outra, o papel aceita tudo[...]” (informação verbal)³. Muitos até desenvolvem aversão-fobia ao planejamento.

Uma das situações levantadas durante a aplicação do projeto está relacionada à dificuldade dos professores em articular o planejamento curricular, o projeto político pedagógico da escola e seu plano de trabalho docente. Percebeu-se em primeiro lugar, que o Projeto Político Pedagógico da instituição não é um documento resultante de um trabalho coletivo. Que apesar da maioria dos professores possuírem larga experiência no magistério, ainda há aqueles que não identificam qual é o objeto de estudo de sua disciplina, bem como seus objetivos, fazendo com que a proposta curricular não passe um de rol de conteúdos. Há um descrédito com relação ao pensar sua disciplina, assim como no próprio ato de planejar.

Outro ponto observado é com relação à dificuldade de se elaborar um planejamento de forma coletiva, uma vez que há mais de um professor para cada disciplina. O currículo disciplinar encarado como partes desconexas e independentes, contraria a atual tendência na educação, que é a de convergência das disciplinas no sentido de abordar o conhecimento científico de forma articulada e interdependente.

Há ainda a dificuldade em articular o que foi planejado com o cotidiano da escola e seus problemas. Tais como: a falta de professores; a ausência de professores; o excesso de burocracia (livro registro de classe, formulários, cadastros, fichas, etc.); jornada de trabalho dupla, muitas vezes tripla; questões interpessoais; relações de poder, entre outros. Por último, a negação da necessidade de abrir o planejamento à comunidade escolar, alunos, pais, etc. Muitos por receio da avaliação que por ventura possa ocorrer nesta ação, outros simplesmente por achar que o planejamento é exclusivamente do professor.

Entretanto, o que se percebeu entre os professores, é que há um imperativo: há que se planejar. Todos no âmbito da escola concordam que é importante planejar. Pode-se dizer até que planejar transformou-se em algo que permeia constantemente o discurso da educação. E em particular:

³ Comentários feitos durante as reuniões pedagógicas para planejamento, em geral no início do ano letivo.

A escola é uma “instituição que se aprimorou”, no discurso falado escrito, a respeito das teorias de planejamento e sobre o próprio ato de planejar. Planejar, planejamento e planos são palavras sofisticadamente pedagógicas e que “rolam” de boca em boca, no dia a dia da vida escolar. (MENEGOLLA; SANT’ANA, 2008, p. 38).

Diante deste quadro, a intervenção foi no sentido de situar todos os profissionais da escola com relação à importância e justificativa da existência do Projeto Político Pedagógico na escola. Assim como da compreensão da disciplina/matéria enquanto instrumento de aquisição do saber científico, através da Proposta Pedagógica Curricular, a qual deve corresponder às Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental do Estado do Paraná⁴, chegando ao Plano de Trabalho Docente, que é o planejamento colocado em prática na sala de aula.

O desenvolvimento da implementação do projeto se deu seguindo o cronograma proposto, com maior ênfase na Semana Pedagógica de 2009, em fevereiro, uma vez que esta é a época mais adequada para trabalhar o planejamento quando toda a comunidade escolar está envolvida no trabalho de pensar/planejar a escola para o ano letivo que se inicia. Após este período, a implementação continua, porém a título de acompanhamento das propostas.

Para cada um dos elementos elencados na proposta de intervenção pedagógica, os quais são pontos de articulação para que o planejamento ocorra atendendo às suas prerrogativas, se abordará o aporte teórico e em seguida a prática desenvolvida na escola com os professores, para a efetivação da implementação.

Percebe-se que é de conhecimento da maioria dos professores a existência do Projeto Político Pedagógico da escola. No entanto, sua compreensão se limita a um documento elaborado muitas vezes pela equipe pedagógica, atendendo a uma exigência da mantenedora não apresentando nenhuma ligação com o planejamento, com o Plano de Trabalho Docente e, por conseguinte com a sua aula.

A compreensão da interdependência destes elementos é crucial para que o processo de elaboração e posterior desenvolvimento do planejamento escolar ocorram de modo a imprimir melhoria na forma do ensino que, por conseguinte melhoram o desempenho da aprendizagem dos alunos.

⁴ Documento elaborado por todos os professores da Rede Estadual de Educação do Paraná, e compilado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Norteia a Proposta pedagógica de todas as escolas do Estado do Paraná.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Antes, porém do planejamento se delinear no âmbito da instituição escolar foi necessário fazer uma reflexão sobre o conceito do mesmo em suas diferentes esferas, bem como, sua história de presença nos meios educacionais.

No que se refere a planejamento educacional, segundo estudos de Parente Filho (2001, p. 14), é na “década de 20 na União Soviética quando pela primeira vez, o planejamento educacional foi incluído nos primeiros planos quinquenais de desenvolvimento daquele país[...]”. Sendo o primeiro registro de formalização de uma política pública de educação.

No Brasil, a década de 30 com o “boom” do processo de industrialização, o planejamento entra nas fábricas com papel de destaque, uma vez que o processo de produção industrial baseado no sistema de linha de produção exigia um minucioso planejamento de todas as ações. Além disso, a necessidade de trabalhadores qualificados, fez com que o Estado começasse a se preocupar em pensar diretrizes para a educação. Ainda que através apenas de reformas, até porque não havia uma Lei específica para a educação, começam os primeiros movimentos de políticas voltadas para a educação, e conseqüentemente planos/planejamento para a área.

A educação sob uma Lei específica começa a ser pensada em 1947 e encaminhada à Câmara Federal em outubro de 1948. Entretanto, apenas em 1961 é sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, a Lei nº 4.024/61 permitindo que as instituições tivessem seus regimentos próprios, sendo um embrião dos atuais planejamentos educacionais. Em 1968, para garantir a ordem socioeconômica imposta pelo governo militar, foi feito um ajuste na organização do ensino. Até porque não havia interesse em fazer uma nova Lei. Este ajuste veio sob a Lei nº 5.540/68 que reformou a estrutura do ensino superior por isso chamada de Lei da Reforma Universitária. Em seguida, ainda sob o regime militar, é promulgada a Lei nº 5692/71. De cunho tecnicista, busca a racionalização dos métodos de ensino e conseqüentemente, um planejamento que atenda a demanda social, política e econômica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente é a Lei nº 9394/96. Surge num momento de redemocratização política, e em uma condição socioeconômica de globalização. Neste contexto. o planejamento assume o pressuposto da construção

coletiva e de responsabilidade de todas as esferas. De acordo com o que diz o texto da referida Lei, segundo Saviani (1997, p.166-168):

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e Os Municípios;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

13. Os docentes incumbir-se-ão de.

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

O planejamento chega ao microcosmo escolar nos anos 60. Este movimento ocorreu com a transposição do que se aplicava na indústria e na economia, ainda que com pouco tempo de utilização. O que se fez, foi adaptar este tipo de planejamento diretamente no ambiente escolar.

Os Planos de Educação são a esfera de planejamento mais ampla e abrangente, estão no âmbito das políticas públicas. Entretanto, não deixam de ter sua importância, reverberando no planejamento escolar do professor para sua aula, no cotidiano de sala de aula. Menegolla e Sant'Anna (2008, p. 36) ressaltam que “à escola cabe pôr em ação o processo educacional através de seus planos de ação”. Desta forma, a construção-elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, se constitui em condição para que as políticas públicas venham a se consolidar.

3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: RETRATO DA ESCOLA

Projeto deriva do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere* que significa “lançar para diante, rumo, direção, opção intencional”. É pedagógico uma vez que identifica e organiza os elementos necessários à assimilação do saber, estabelece formas adequadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico, compreendendo a organização dos meios (conteúdos, espaços, tempo e

procedimentos) através dos quais, progressivamente cada indivíduo tome para si os conhecimentos e saberes científicos. É político, porque pressupõe a opção e compromisso com a formação do cidadão para um tipo determinado de sociedade. É político porque pressupõe a opção e compromisso com a formação do cidadão para um determinado tipo de sociedade.

Antes de ser um documento burocrático exigido legalmente das escolas, é uma necessidade pensar sobre o mesmo. Uma escola que se proponha realizar sua tarefa primeira, que é ensinar, tem necessariamente como principal atividade focar todos os esforços nos alunos e na sua aprendizagem. Os objetivos do Projeto Político Pedagógico são, portanto, promover a participação de todos os segmentos da escola, formar o cidadão, estabelecer princípios que estimulem a autonomia da escola, visando o aprendizado do aluno através da sua apropriação do conjunto de saberes historicamente produzidos pela humanidade. Deve ser um documento baseado na realidade onde se insere a instituição, bem como refletir todas as necessidades desta e da comunidade que a compõe. Sua construção se dá de forma coletiva e contínua, uma vez que as relações de poder, as questões da sociedade, as políticas educacionais são processos que se modificam constantemente, solicitando formas diferenciadas de enfrentamento.

Segundo Veiga (1998, p. 11):

O projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. É, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade.

A reflexão exigida para a construção deste documento tomou por base três análises distintas, denominadas de partes do Projeto Político Pedagógico. Neste momento, se fez uso da nomenclatura criada por Danilo Gandin, onde o Projeto Político Pedagógico é analisado a partir dos seguintes pontos aqui nomeados de Marcos. Sendo eles: Marco Situacional, Marco Doutrinal ou Conceitual e Marco Operativo.⁵

⁵ Esta estrutura corresponde à estrutura do Projeto Educativo da equipe Latino-Americana de Planejamento (ELAP) com sede no Chile, na vertente brasileira do Prof. Danilo Gandin.

O Marco Situacional, identifica, explicita e analisa os problemas, necessidades e avanços presentes na realidade social, política, econômica, cultural, educacional e suas influências nas práticas educativas da escola. No Marco Doutrinal ou Conceitual, busca-se expressar a opção e os fundamentos teórico-metodológicos utilizados pela escola. E em última análise, o Marco Operacional onde são apresentadas as propostas, as linhas de ação e a organização da escola para colocar em prática o que foi pensado nos momentos anteriores.

Esta se constituiu a primeira fase da implementação do projeto, quando professores, funcionários, alunos, pais e equipe pedagógica se envolveram na construção dos três Marcos, e a partir disso, elaboraram o Plano de Ação da escola para o ano de 2009. Este movimento possibilitou ao colegiado escolar compreender que o planejamento pode ser elaborado de forma participativa e coletiva. Além disso, o Projeto Político Pedagógico indica o caminho para o plano curricular e o plano de trabalho docente.

O que se percebe durante a análise e encaminhamento do Projeto, é que se permanece por vezes no senso comum. Quando se busca a identificação da realidade da escola, os sujeitos da comunidade escolar descrevem o que não está bom e precisa melhorar, porém com um olhar voltado somente para dentro da instituição, não fazendo uma análise de conjuntura. Afinal, a escola está inserida em uma determinada sociedade, num dado país, com políticas públicas, e com necessidades sociais que são determinantes no processo educacional.

4 DIRETRIZES CURRICULARES E A PROPOSTA PEDAGÓGICA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS DISCIPLINAS E SUAS RELAÇÕES COM A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Normalmente na escola, o momento do planejamento se divide em duas etapas no início do ano quando se traçam as linhas gerais da disciplina, compreendendo relação de conteúdos, recursos didáticos e instrumentos de avaliação. Em seguida cada professor isoladamente elabora o seu plano de aula para a semana, o mês, o bimestre ou trimestre. Entretanto, se esquece que todo esse movimento está articulado com as políticas educacionais, traduzidas nas Diretrizes educacionais e com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Particularmente, o desenvolvimento do presente projeto buscou em princípio a análise das Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná. O trabalho constituiu-se em estudo dirigido das Diretrizes. Apesar de todos os professores terem necessariamente que conhecer e seguir as orientações colocadas neste documento, uma vez que:

As Diretrizes Curriculares para a educação pública do Estado do Paraná chegam às escolas como um documento oficial que traz a característica principal de sua construção: a horizontalidade, pois contou com a participação de todas as escolas e Núcleos Regionais de Educação do Estado, e faz ressoar nela as vozes de todos os professores das escolas públicas paranaenses. Este é um documento que traça estratégias que visam nortear o trabalho do professor e garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes da rede pública. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2009)

Entende-se que a participação na construção coletiva das Diretrizes, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula, enquanto planejamento das atividades pedagógicas. Isto permite que haja além da compreensão, também a aplicação dos princípios alocados neste, resultando em uma unidade de pensamento. Unidade concebida não como massificação, e sim como princípio de trabalho pedagógico unitário, que apresenta uma coesão sustentada por uma determinada concepção e uma filosofia. No caso das Diretrizes Estaduais, o currículo possui uma organização disciplinar, embasada numa concepção progressista de educação que se articula com as teorias críticas de currículo abordando as dimensões científica, filosófica e artística do conhecimento. Outra questão que esta análise sustenta é que:

O planejamento da educação na esfera das redes de ensino é o instrumento que possibilita a disseminação das políticas públicas educacionais entre os gestores, coordenadores pedagógicos e professores. Esse é o primeiro passo para que as políticas nacionais, estaduais ou municipais sejam incorporadas ao cotidiano escolar. (MONTEIRO, 2009)

Após situar quais são as bases do processo de ensino e aprendizagem que sustentam o trabalho pedagógico, as discussões se encaminharam no sentido de construir a Proposta Pedagógica de cada disciplina. Afinal, as Diretrizes mostram a direção, no entanto, o como percorrer este caminho é uma tarefa que precisa ser pensada enquanto reflexão sobre o objeto de estudo do professor, ou seja, sua disciplina de forma concreta aplicada na sua aula em sala com seus alunos.

Segundo Menegolla e Sant'ana (2008, p. 40):

A educação, como processo, jamais pode ser desenvolvida fora do contexto nacional, regional e comunitário da escola, na qual o aluno está inserido como agente e paciente das suas circunstâncias existenciais. Por isso todo o processo educacional requer um planejamento em termos nacionais, regionais, comunitários, como também um planejamento a nível de escola e um planejamento específico de ensino, relativo às diferentes disciplinas e aos diferentes conteúdos, atividades e são ministradas na escola.

O pensar sobre o objeto de estudo, desencadeou o processo de explicitação sobre cada uma das disciplinas-matérias escolares. Os professores primeiramente pensaram a sua disciplina dentro do grupo específico - professores de química junto aos seus pares, história com os de história, e assim por diante - onde estabeleceram ao que se denominou Ementa da Disciplina. Compreendendo qual a teoria que orienta a disciplina, sua base filosófica e quais os objetivos do seu ensino. Contém três pressupostos: a ação a ser desenvolvida na disciplina, a razão de ser do que se faz em sala de aula e a metodologia coerente com a disciplina. Esta Ementa nada mais é do que a proposta da disciplina, o que se pretende com a mesma, qual a sua contribuição para que o projeto de Homem e de sociedade, assim como as finalidades da educação e a concepção de ensino, explicitados no Projeto Pedagógico se efetive. Na prática, os professores construíram um texto onde foram colocados os objetivos - constituindo-se o guia do trabalho do professor, determinando as escolhas dos conteúdos, procedimentos, recursos e avaliação - do ensino, os desejos e as vontades. Contudo, "não basta ser expressão de vontade: é preciso que o texto fundamente teoricamente aquilo pelo que o grupo optar". (GANDIN, 2000 p. 36)

No momento seguinte, a metodologia de trabalho foi repetida, agora no grande grupo, para que todas as disciplinas pudessem conhecer o que cada grupo elaborou. Este momento concretizou a prática de um planejamento coletivo, com ênfase no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados obtidos acabaram por complementar os pressupostos colocados no Projeto Político Pedagógico da escola.

Este momento concretizou a prática de um planejamento coletivo, com ênfase no processo de ensino e aprendizagem que compõe juntamente com as demais variáveis que se apresentam na educação escolar, um dos determinantes da qualidade do ensino.

As reflexões e tudo o que foi pensado no coletivo da escola, tem sua materialização através de documentos escritos e da prática, da ação propriamente dita com a concepção do Plano de Ensino, aqui trabalhado com a nomenclatura de Plano de Trabalho Docente e sua aplicação na sala de aula.

5 ALGUMAS ANÁLISES NECESSÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DOCENTE

Enquanto o planejamento é o processo, o plano é o registro. Deste modo alguns conhecimentos científicos e pressupostos teóricos são necessários serem absorvidos pelos educadores, para que o plano se transforme em um meio capaz de criar as melhores condições possíveis de ensino e de aprendizagem.

Primeiramente, um estudo mais detalhado dos modelos pedagógicos e epistemológicos do processo de ensino e aprendizagem. A partir da definição no coletivo da escola de quais são esses modelos, é que serão pautadas as decisões de quais conteúdos, metodologias e critérios de avaliação serão adotados.

Os modelos que serão apresentados a seguir são os resultados dos estudos e pesquisas do Professor Becker (1994) que aponta três modelos pedagógicos e seus respectivos pressupostos epistemológicos.⁶

- **Pedagogia Diretiva:** O conhecimento é transmitido ao aluno. Este assimila informações e dados, os quais são reproduzidos em exercícios e testes. A epistemologia que rege esse modelo pedagógico é o empirismo, o que significa que o conhecimento vem do meio físico do social. O aluno é encarado pelo professor como uma “tabula rasa”, ou seja, que não possui nenhum conhecimento até que receba do professor detentor do saber, o conteúdo escolar;
- **Pedagogia Não Diretiva:** Muito mais presente na teoria do que nas práticas diárias de sala de aula. O professor é o facilitador da aprendizagem, um auxiliar do aluno. Este já traz consigo “o saber”, deve o professor trazê-lo a consciência. É um “*laissez faire*” deixa fazer. O apriorismo é o modelo epistemológico desta pedagogia, na qual o fator hereditariedade é que ditará a capacidade de aprendizagem ou não dos

⁶ Explicação da gênese e do desenvolvimento do conhecimento.

alunos. Frases como “Ele não aprende matemática, pois não tem dom para os números”; “É pobre, passa fome, os pais são analfabetos, logo, não conseguirá aprender”(informação verbal)⁷. Com este pensamento o professor “renuncia àquilo que seria a característica fundamental da ação docente: a intervenção no processo de aprendizagem do aluno”. (BECKER,1994, p. 91);

- **Pedagogia Relacional:** Professor acredita que o aluno aprenderá somente a partir do momento que construir conhecimentos problematizando e agindo sobre os conteúdos. As aprendizagens devem ser significativas, ou seja, resultado das relações que o aluno estabelece entre o conhecimento prévio e os novos construídos a partir da interação com o professor e colegas. O modelo epistemológico é o relacional. O professor não é o detentor do saber, aluno não é “tabula rasa”. Este modelo permite que a escola e professores coloquem como projeto de escola, a formação de um aluno que é um cidadão crítico, que a cada nova situação reflita e pense no significado das ações dos outros e de si mesmo.

O ensino não está centrado nem no conteúdo, nem na figura autoritária do professor, segundo Becker (2000, p, 91) “trata-se numa palavra, de construir o mundo que se quer, e não de reproduzir/repetir o mundo que os antepassados construíram para eles ou herdaram de seus antepassados”.

O conjunto de escolhas teóricas refletirá a prática docente em sala de aula, cabendo ao coletivo da escola aprofundar os conhecimentos sobre as pedagogias e modelos epistemológicos.

Além dessa reflexão, quatro conceitos são importantes para o professor quando do momento de pensar o plano: o diagnosticar, o aprender, o ensinar e o avaliar.

5.1 DIAGNOSTICAR

O diagnóstico permite estabelecer uma comparação entre o que se pensa em fazer e o que se quer fazer com o que se faz na prática. Todo diagnóstico

⁷ Fala de alguns professores para explicar porque o aluno não aprende.

procura através da observação, da mensuração, da coleta de dados, bem como, da análise destes, prever o que pode ocorrer durante uma ação. No caso da educação, trata-se de instrumento que permitirá organizar o trabalho pedagógico com vistas a alcançar os objetivos propostos no plano.

Quando o professor elabora seu plano articulado com o Projeto da escola, tem como princípios verificar através do diagnóstico até que ponto a disciplina que leciona e o trabalho que desenvolve com os alunos durante a aula, contribuem para a construção da sociedade concebida no Projeto Político Pedagógico. Quais fatos se apresentam que demonstram se o conteúdo está atendendo a proposta da escola, o que ocorre e quais as variáveis determinantes para a aprendizagem ou não dos alunos.

5.2 APRENDER

Ao elaborar o Plano de Trabalho Docente o professor terá em mente os meios para proporcionar aos seus alunos a aquisição dos conhecimentos. Partindo do princípio de que aprender é construir significados, o plano deverá estar voltado para promover aprendizagens significativas e não meramente mecânicas ainda tão freqüentes nas escolas, as quais classificadas de tradicionais, onde alunos respondem questionários, decoram as respostas e no dia da prova respondem o que foi decorado.

5.3 ENSINAR

Se aprender é construir significados, ensinar é mediar essa construção. Para tanto, deve-se esquecer que ensinar é apenas transmitir informação. Ao planejar um ensino enquanto mediação da construção por parte do aluno, o professor deverá ter em mente que será o responsável pela organização dos conhecimentos de maneira que o mesmo tome para si os conteúdos relevantes para construir aprendizagens significativas.

Ter conhecimento das características dos alunos, tanto cognitivas como psicossociais, é de extrema relevância, pois permitirá planejar suas estratégias pedagógicas respeitando tais características. É essencial neste momento verificar a importância do que está sendo proposto para a aprendizagem, diante o contexto de

seus alunos. “Ao mesmo tempo em que o professor organiza a escolha dos conteúdos, ele planeja estratégias pedagógicas que favoreçam uma aprendizagem significativa por parte dos alunos.” (MORETTO, 2007, p. 52).

5.4 AVALIAR A APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem é algo muito complexo, por tratar-se de aspectos subjetivos em se tratando da apropriação cognitiva de elementos apresentados. Se o ensino e a aprendizagem se derem de forma mecânica, a avaliação assim o será: sabe ou não sabe, marque X, responda as perguntas, etc.

É preciso pensar que a avaliação está presente em todo o curso do processo de ensino e aprendizagem. Quando o professor explica um determinado conteúdo percebe muitas reações, as quais podem ser um indicativo de aprendizagem ou não. No momento do planejamento, quando se estabelecem claramente os objetivos a serem alcançados pelos alunos, se cria a possibilidade de avaliar de forma mais justa a verificação da aprendizagem. Afinal, é em relação aos objetivos que serão elaborados os critérios para a avaliação, assim como os instrumentos mais adequados.

A avaliação é instrumento para o redirecionamento das aulas do professor.

Podendo ser assistemática e contínua sendo aquela que faz parte do processo, à medida que a aula vai se desenvolvendo o professor vai percebendo sinais de compreensão ou não em seus alunos. Assim, o professor deverá organizar-se para num curto espaço de tempo, muitas vezes de um dia para o outro buscar caminhos alternativos e estratégias mais adequadas para ensinar. Outra avaliação, que pode ser em outro momento, é a avaliação sistemática, que consiste em planejar, marcar com antecedência pelo professor ou pela escola, dia e hora pré-agendadas. Uma boa alternativa segundo Moretto (2007, p. 57) é “um instrumento para o professor recolher sinais indicadores da possível aprendizagem significativa e, em consequência, replanejar suas ações pedagógicas que possibilitarão novas e fecundas aprendizagens”, desde que vinculadas aos objetivos.

Avaliar, portanto para não perder o curso dos processos de ensino e aprendizagem, deve ser a tônica desta árdua tarefa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de conclusão ressalta-se algumas questões importantes para a efetivação do planejamento na escola. Estas questões apontam para a necessidade de se proporcionar momentos específicos, para que os professores tomem conhecimento das Diretrizes Curriculares e tomem para estudo o objeto de estudo da disciplina.

Ainda que de maneira tímida, a elaboração do Plano de Trabalho Docente de modo conjunto, permitiu aos professores um movimento de reflexão não apenas sobre os conteúdos de sua disciplina, mas também dos objetivos de cada um, além de estabelecer uma ligação entre estes e os critérios e instrumentos de avaliação.

As discussões durante a reformulação do Projeto Político Pedagógico, fez com que surgissem algumas necessidades junto ao grupo de professores. A principal foi com relação ao transformar o Conselho de Classe, em espaço de avaliação de todo o processo de ensino e aprendizagem. Tornando este momento mais frutífero, não se resumindo apenas à constatação do que já aconteceu, mas sim, um momento pedagógico utilizado para rever metodologias, objetivos, avaliação, enfim, rever o planejamento.

Percebeu-se um maior envolvimento dos professores no tocante ao trabalho coletivo, há trocas de experiências, uma abertura para o trabalho das pedagogas com relação ao aprofundamento teórico e a reflexão sobre as questões que envolvem o tema planejamento.

Em outras palavras, é necessário ter a clareza que o planejamento não será o redentor de todas as mazelas da educação. No entanto, a atividade de planejar no âmbito escolar se revela em um movimento de grande importância, afinal como já foi dito anteriormente, é na escola que as políticas educacionais se efetivam. E a partir de sua elaboração é que são definidos conteúdos, métodos, avaliação, enfim, todo o trabalho educativo.

Por outro lado, é preciso ter consciência que se trata de um trabalho árduo e que muitos são os obstáculos. Pois, não se trata de simplesmente distribuir o conteúdo ao longo do ano letivo ou de preencher formulários para serem arquivados. É antes abrir os horizontes do trabalho do professor, permitindo que se vá além da mera transmissão de informação, “ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao

educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de inteligir e comunicar o inteligido”. (FREIRE, 1996, p. 119).

O planejamento é o resultado concreto de um projeto de escola e de educação sonhado e idealizado pelo coletivo escolar. Há que se buscar “uma proposta de planejamento das ações pedagógicas visando criar as melhores condições para que os alunos construam seus conhecimentos a partir dos saberes socialmente elaborados, com a mediação do professor”. (MORETTO, 1997, p. 9)

É preciso propor uma educação transformadora onde a aquisição dos conhecimentos se dê através da transformação dos saberes prévios que o aluno traz para a escola em conhecimento científico. Tornando o processo de ensino uma constante ação – reflexão – ação, onde o professor pesquise, experimente, discuta com outros professores, conclua e retome o curso do processo tendo como objetivo maior a transformação do seu aluno.

7 REFERENCIAS

BECKER, F. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. *In: Educação e Realidade*. Porto Alegre, 1994, p.89-96.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENEGOLLA, M; SANT’ANA, I. M. **Por que Planejar? Como Planejar?**: Currículo-Área-Aula. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MONTEIRO, P. **Planejamento**: Engrenagem da Boa Educação. São Paulo: Revista Nova Escola, n. 21, 2009.

MORETTO, V. P. **Planejamento. Planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PARENTE FILHO, J. **Planejamento Estratégico na Educação**. Brasília: Plano Editora, 2001.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação**: LDB Trajetória, Limites e Perspectivas. 2 ed. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Portal Dia-a-Dia Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/modules/conteudo.php?conteudo=98>> Acesso em: 17 set. 2009.

VASCONCELOS, C. S. **Planejamento: plano de aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A. (org). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998.